

MAURÍCIO WALDMAN

CLIVAGENS DO ASSOCIATIVISMO AFRICANO



SÉRIE PROFESSOR MOURÃO 3



EDITORA KOTEV



Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017)

PREFÁCIO

Existem dois tipos de pessoas: as que fazem, e as que se explicam (Talmud)

Meu convívio com o Professor Mourão foi longo, produtivo e enriquecedor.

Recordo-me vividamente das aulas ministradas por este grande mestre nas Ciências Sociais da USP, usufruindo com grata fortuna dos conhecimentos deste autêntico gigante intelectual.

Em paralelo, Mourão revelou-se um homem justo e ponderado, afeito à nobreza de causas que num plano geral, eram amplamente ignoradas, quando não desprezadas, pelo conjunto da sociedade.

Foi assim então que fui iniciado na ciência deste continente esplêndido e formidável que é a África, dos seus povos e culturas.

Generoso, o Professor Mourão indispunha-se com o agrilhoamento da informação, mantendo disposição permanente em cientificar seus pupilos com toda sorte de dados que dispunha.

E caso não os tivesse, prestava-se a procurar para novamente retomar um ciclo de trocas que parecia nunca ter fim.

Homem de ação, o Professor Mourão teve papel magnífico nas lutas de libertação dos povos africanos, que conhecia com a sabedoria dos que participam ativamente no que acreditam.

O reconhecimento pelo seu trabalho, digno e incansável, manifestou-se no apreço dos alunos pela sua pessoa, nos inumeráveis convites que a ele eram endereçados para ministrar conferências e também, como posso pessoalmente testemunhar, pelas ligações que recebia do outro lado do Atlântico, atendendo diplomatas, líderes e chefes de Estado africanos.

Nada mais certo que dia mais, dia menos, meu envolvimento com a pessoa do Professor Mourão se desdobrasse num trabalho acadêmico profundo.

Foi assim que numa tarde de 2011, no seu sítio em Cotia, na Grande São Paulo, veio à baila a proposta de que eu desenvolvesse, sob sua supervisão, uma investigação em nível de Pós-Doutorado com foco na África.

Uma vez mais o Professor Mourão colocou em ação seus dotes como preceptor. Assim, de vez que eu não tinha formação em Relações Internacionais (RI), que seria a moldura disciplinar da proposta de Pós-Doutoramento, fui instado a fazer o que meu instrutor definiu como graduação por conta própria em RI.

Foram dezenas de textos e livros que devorei com determinação para que meu trabalho tivesse calço substantivo no tocante ao marco teórico da pesquisa, labor sempre acompanhado com prontidão pelo mestre Mourão.

Seguiram-se dois anos de pesquisas exaustivas, desenvolvidas em paralelo com o aprofundamento de minha participação no **Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)**, e interação com atores como a revista **Brasil Angola Magazine** (sob direção do igualmente saudoso jornalista Antônio Lúcio), com o **Jornal Cultura** (de Luanda, Angola) e com a **AFRO-CHAMBER**, Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Em 2017, quando do falecimento do Professor Mourão, tomei a decisão de trazer a luz os materiais desenvolvidos durante a investigação de Pós-Doutorado, tanto no tocante ao conteúdo específico do Relatório Final da investigação (Aprovado com distinção pela FAPESP), quanto no tocante ao polpudo acervo de textos resultantes das atividades da pesquisa.

O material que segue é, deste modo, um dos que trazem a marca inconfundível de um orientador singular, sempre querido e lembrado. Como homenagem a este homem incomum, o texto integra a **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO**, sob titularidade da **EDITORIA KOTEV**, publicadora digital sediada na capital paulista.

Que a leitura deste e dos demais materiais da **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO** possam evocar, ao menos parcialmente, a contribuição imorredoura do grande intelectual e mestre Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mesmo porque os que fazem, não se explicam: simplesmente trazem à mostra o resultado do seu trabalho.

Bom proveito da leitura.

MAURÍCIO WALDMAN

CLIVAGENS DO ASSOCIATIVISMO AFRICANO ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

Comentar o associativismo político em África nos obriga a pautar um comentário inicial contestando difuso senso comum pelo qual a presença colonial no continente teria sido erradicada *in totum*, dela não restando qualquer vestígio.

Nada mais incorreto. Na realidade, pontualmente subsistem senhorios alienígenas que brandamente, são catalogados como “possessões remanescentes” do antigo colonialismo europeu.

Basicamente é um legado composto por ilhas e arquipélagos costeiros e oceânicos conquistados séculos atrás pela expansão ocidental. Mas igualmente repleto de pequenos atóis, alcantilados, escolhos, bancos arenosos, arquipélagos, píncaros rochosos e proeminências costeiras.

Num plano eminentemente espacial, constituem frações “nanicas” de espaço nos quais as bandeiras das velhas metrópoles europeias insistem em tremular ³, o que assegura, mesmo que em caráter residual, a confecção de mapas temáticos sobre a presença colonial no continente africano (Figura 1).

Isso posto, entenda-se que embora o movimento da descolonização da África tenha alcançado sua meta precípua, qual seja: a de praticamente zerar o domínio colonial *direto* no continente, seria o caso de sublinhar que o movimento de descolonização africano foi assediado, tal como em outros contextos dos finados impérios coloniais, por várias contradições, tanto na escala do tempo quanto na do espaço.

Asseverando que o ocorrido em África não reflete propriamente um excepcionalismo do continente, ressalve-se que no geral, o processo de descolonização “não teve um desenvolvimento progressivo e regular. Houve recuos, idas e vindas, súbitos renascimentos de impérios já inexistentes e os padrões de libertação variaram muito entre os diferentes impérios” (LOHBAUER, 2008: 117).

Conclusivamente, valorando desigualmente cada momento histórico do continente, a descolonização angariou múltiplos sentidos, prescrevendo escolhas e desapegos nem sempre compassados entre si.

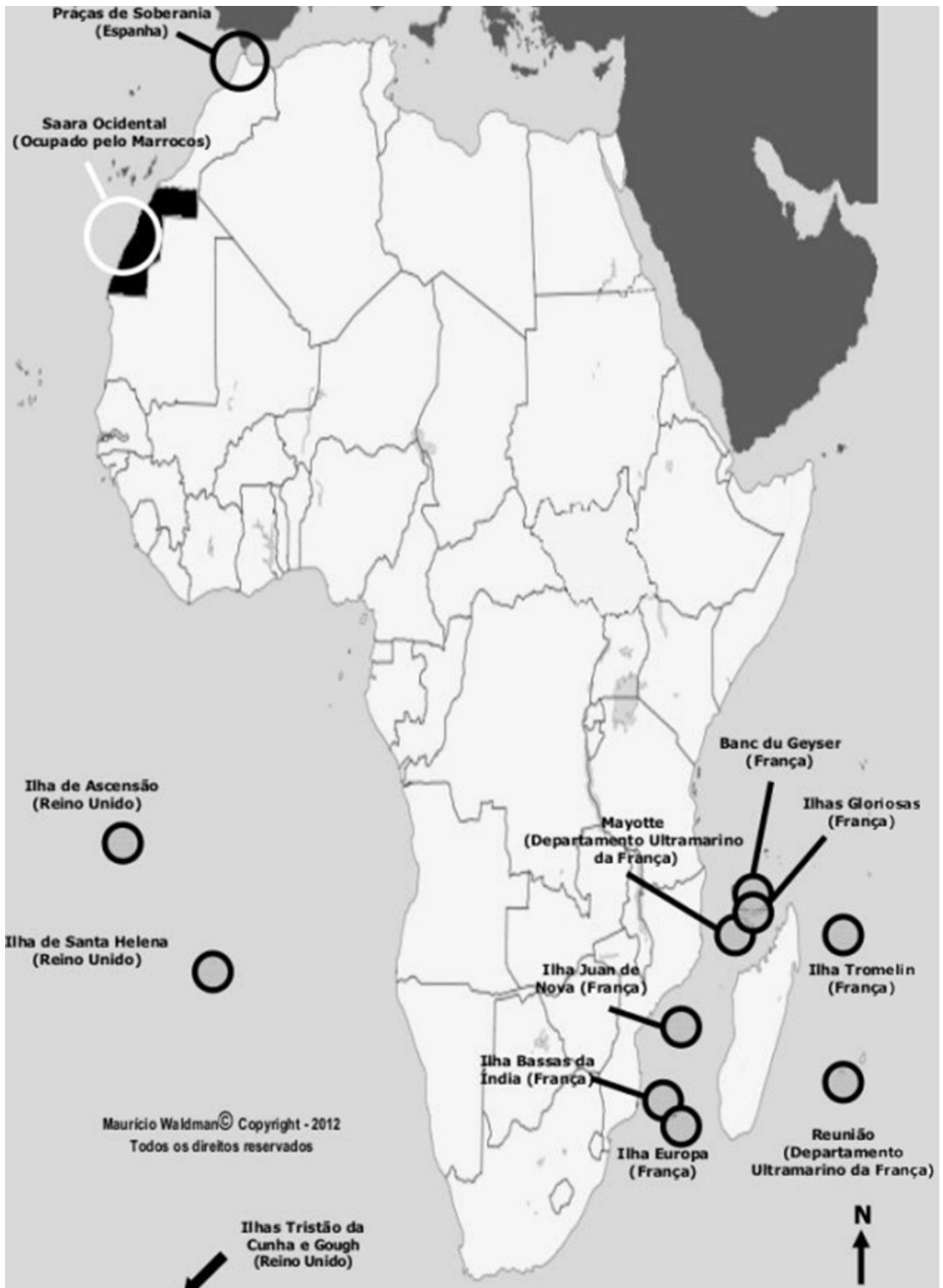


FIGURA 1 - Possessões remanescentes do colonialismo europeu na África contemporânea (Mapa de Maurício Waldman. Fonte: WALDMAN, 2013a, 2013b e 2013c).

Como seria possível aferir, a abolição da dominação direta, pedra de toque da descolonização, alterou o contrato político nos Estados nascentes, passando a administração a ser exercida por novos atores⁴, obviamente autóctones.

Mas enquanto tal, esta metamorfose do poder não necessariamente reforçou o aparato de Estado nem trouxe benefícios às populações. Não admira então que para muitos grupos sociais a independência não tenha significado ganho real.

Somando-se a isso a escassa capacidade operacional do aparato estatal no continente, os países africanos recém-emancipados tornaram-se presa fácil dos enfrentamentos que caracterizaram as relações internacionais no período pós-independência.

A partir deste campo de força, antigas contendidas, desacordos regionais e disrupções políticas, terminaram recompostos e repaginados no calor de rivalidades radicais, em cujos bastidores eram costurados projetos de alcance continental e mundial (Vide LOHBAUER, 2008: 128-129 e 135).

Portanto, há que se consentir com o veredicto de que o panorama internacional esteve crivado por uma trama complexa, na qual não estiveram ausentes elementos que se interpuseram aos ideais pan-africanistas. Nesse espectro, a África configurou terreno fértil para o *neocolonialismo*, fenômeno que contribuiu para mergulhar o continente num cipoal de provações de todos os tipos.

Neste prisma, em especial o caráter dos investimentos e das tecnologias ocidentais, acompanhados de modelos de crescimento econômico que gestados externamente ao continente, coerentemente gratificavam interesses alienígenas, desempenhando papel crucial.

Sobretudo, estas premissas induziram o enquadramento das jovens nações africanas como economias dependentes, exportadoras de minério bruto, madeira e produtos agropecuários, encaminhados para as nações afluentes do hemisfério ocidental, que açambarcaram o essencial dos proventos obtidos pelas assim chamadas trocas economicamente desiguais (Ver entre outros, ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 884; LOHBAUER, 2008: 128).

Assim, a esfera do econômico, inclusive por constituir o motor da sociedade moderna, dificilmente deixaria de impactar o cenário africano. Mais ainda quando se sabe que a África é um manancial de *commodities*⁵, indispensáveis para manter em

funcionamento as economias dos países do centro, e por extensão, a sustentação da ordem econômica mundial.

Sequencialmente, no alusivo à natureza do relacionamento da África com os países estrangeiros e o tipo de andamento ofertado às relações multilaterais no plano continental, a interface econômica é indispensável por elucidar incompletudes conjunturais do pan-africanismo, e na soleira dessa problemática, os inevitáveis rebatimentos para as modalidades existentes de integração (Cf. NDOMO, 2009).

Na linha temática seguida pelas reflexões deste texto, devemos uma vez mais atinar para a indissociabilidade do ideal pan-africano propriamente dito dos movimentos empenhados no século XIX em recuperar a dignidade e promover a emancipação da diáspora negra. Resolutamente, o mundo negro e o mundo africano formatam dois polos representativos de uma simbiose que se reapresenta a todo o momento.

Resgatando o que registramos alguns parágrafos atrás, o pan-africanismo enquanto ideário firmou-se originalmente como um *movimento político e cultural*, pensando a *África e a Diáspora Negra* como dois troncos de uma mesma árvore, enraizada numa *comunidade de origem* que repropõe uma *Gemeinschaft*⁶ ressemantizada, unida e solidária, fadada a dar o tom a um destino comum (ASANTE et CHANAIWA, *ibidem*).

Ora, no que poderia justificar alguns dos dilemas interpostos no teatro africano pós-independência, esse preâmbulo perfilaria acintosa omissão do *econômico* enquanto referência programática.

Certifique-se, outrossim, ser correto ponderar que as definições sociológicas clássicas de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, dado incluírem elementos uma da outra, não são estanques. Pelo contrário, intercambiam rasgos mútuos. Isso implica que o primado pan-africanista, embora insistindo na via política e cultural⁷, não seria de modo algum refratário à interlocução com o universo da economia.

Todavia, seria por outro lado louvável frisar que o temário econômico transitou de modo acessório no seio das diretrizes políticas e culturais que pontificaram com proeminência no corpo central da literatura pan-africanista.

Em especial, a evocação da anterioridade da plataforma política, ao mesmo tempo em que destituía a economia como preocupação prioritária, terminou disseminando divergências numa África que em meados dos anos 1960 antevia a construção do associativismo.

Seguramente, seria esse o momento adequado para arguir a respeito das alterações que opuseram no teatro político africano duas correntes de lideranças políticas.

Basicamente, teríamos a vertente que gravita em torno de um pan-africanismo dito *radical ou maximalista* e o agrupamento formado por lideranças *moderadas ou minimalistas*, correntes que divergiam com base em interpretações diferentes relativas ao peso e o sentido da política e da economia para a unidade africana.

Esse debate nos conduz aos finais dos anos 1950, quando investido do prestígio que lhe cabia como primeiro chefe de Estado independente da África Negra, o líder ganense Kwame Nkrumah era certamente quem mostrava o caminho (Figura 2).

Despontando como liderança continental, as iniciativas do *Osagyefo*⁸ da República de Gana estavam alicerçadas num célebre *slogan* que logo se tornaria a marca registrada da sua agenda programática: “*Procurai primeiro o reino político e todo o restante virá por acréscimo*”.

Ciosamente, o raciocínio de Nkrumah privilegiava o político como veículo da unidade africana. No seu ideário, seria com a soberania política que os africanos viabilizariam as transformações esperadas a partir de novos contratos sociais e econômicos, manifestações epifenomênicas do novel *status* do emancipacionismo político.

Trabalhando para colocar em prática esse preceito, o *Osagyefo* assumiu audaciosas empreitadas integracionistas. Tais anelos estavam sintetizados no conhecido brado *The África Must Unite: A África Deve Unir-se*, ainda hoje um chamamento icônico do pan-africanismo.

Título de obra homônima, nesse texto o líder ganense preconiza um governo comum a todo o continente, com um Parlamento pan-africano, uma política externa comum, um alto-comando militar abrangendo a totalidade da África, um mercado pan-africano, uma única moeda, um Banco central e apenas uma cidadania, com validade continental.

Desta feita, os Estados surgidos da descolonização seriam abolidos e as antigas fronteiras, funcionariam somente como limites de regiões administrativas. Na mesma linha de coerência, o líder ganense advogava a constituição dos Estados Unidos da África (aspiração primeiramente defendida pelo carismático prócer afro-jamaicano Marcus Garvey), incansavelmente conclamada nos seus discursos.



FIGURA 2 - Kwame Nkrumah na aurora da independência de Gana, em 5 de Março de 1957
(Fonte: Information Services Department do Governo de Gana. In: UNESCO, Volume VIII, página 141).

Nkrumah, assumidamente um arauto maximalista da unidade africana, engajou-se com afincos na construção da união entre Gana e Guiné-Conakry (1958) ⁹, ampliada posteriormente com o lançamento da União dos Estados Africanos (Federação Gana, Guiné-Conakry e Mali, em vigor nos anos 1961-1963).

Em comum, ambas as experiências foram concebidas como etapas na direção de um governo eminentemente supranacional, zerando as fronteiras das nações africanas

recém-independentes. Paralelamente, o líder ganense prestou apoio à organização da Conferência dos Estados Independentes (sediada em Acra, em Abril de 1958), não mais que um ano após a independência do país.

A partir deste impulso inicial, sobrevieram encontros como a Conferência dos Povos Africanos (Acra, 1958), a Cúpula Guiné-Libéria (Sanniquelli, Julho de 1959), a Segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes (Monróvia, Agosto de 1959) e por fim, a Conferência de Adis Abeba (1960).

Todas estas conferências recomendavam de modo incisivo a integração política e/ou a unidade política da África. No plano da integração econômica, estes eventos se postaram na totalidade em defesa da criação de um mercado comum pan-africano abrangendo a África por inteira, regido por um prisma geoeconômico continental, esforços reforçados pela criação, em 1958, da Comissão Econômica para a África da ONU (*United Nations Economic Commission for Africa*: UNECA ou ECA-ONU).

Seguramente, *l'état de l'art* era propício para lançar palavras de ordem embaladas pelos ensejos de integração, instando “pela eliminação das barreiras aduaneiras e de outros entraves ao comércio dos Estados africanos entre si, assim como pela conclusão de acordos de pagamentos multilaterais com o intuito de desenvolver as trocas econômicas e lutar pela criação de um mercado comum” (Vide ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 875).

Entretanto, a despeito de constituírem eloquentes mostras do ardor pan-africano de Kwame Nkrumah, a prédica da precedência do “reino político”, eixo de todas essas mobilizações, se tornaria consagrado divisor de águas da integração continental. Na voz dos críticos, o bordão cunhado por Nkrumah obscurecia uma distinção seminal ensinada pela boa filosofia: a que se estabelece entre *condição necessária* e *condição suficiente*.

Fato indiscutível, *a soberania política é condição necessária* para satisfazer aspirações essenciais dos povos colonizados. Mas, *por si só a soberania política não é suficiente*. No que não permitiria qualquer sombra de dúvida, as diversas intrusões neocoloniais que atravessaram a história contemporânea do continente constituem comprovação cabal do que afirmamos.

Nesse exato sentido a preponderância dada por Kwame Nkrumah à esfera do político comprovou-se errônea, determinando que se tornasse alvo das mais duras provas e questionamentos (MAZRUI, 2010b: 125; Ver também FAGE *et* TORDOFF, 2010: 516-549; WALDMAN *et alli*, 2007; MUNANGA, 1993: 103-105).

Todavia, no patamar da vivência colonial, pode-se certificar em defesa de Nkrumah que não há como objetar o foro obtido pela “conquista do reino do político”. Isto é: ao menos em parte, o *tour de force* africano em obter soberania política antes qualquer outro passo seria absolutamente procedente.

Os povos de África, do mesmo modo como todas as demais populações enquadradas nos marcos dos antigos “países coloniais”, reagiram aos desafios colocados pelos mandatários europeus com os mecanismos que lhes pareceram mais apropriados para cada momento. Isso se reflete nas ideias que passaram a comandar a autoprojeção política dos africanos, matriz das diferentes flexões que cadenciaram o movimento pan-africanista.

Não por outra razão, senão por que os africanos não estavam e sequer poderiam deixar de estar alheios aos desafios da sua época e do seu mundo. Premidos com a necessidade imediata de obter cidadania política, não é de se admirar que o reino do político tenha auferido enorme valor como moeda forte no ideário pan-africano.

Contudo, não menos verdadeiro seria desconsiderar a vulnerabilidade das teses do *Osagyefo* e de outras personalidades que nutriam simpatias por suas ideias, dentre as quais figuraram Ahmed Sékou Touré, da Guiné-Conakry e Modibo Keita, do Mali.

Contudo, em razão do acoplamento do projeto de um mercado comum continental com o movimento de unificação política, a proposta despertou receios em expressivo segmento de dirigentes africanos conservadores, materializando forte oposição à interpretação maximalista do pan-africanismo.

Pior: a dimensão do integracionismo econômico tendo como anteparo o reino do político despertou resistência temperada por fornida coleção de causalidades.

Entretanto, a bem da verdade, deve-se reconhecer que antes mesmo das tentativas de Nkrumah em criar federações unindo os novos países recém-independentes, um experimento nessa direção por parte do Mali e o Senegal, que formaram a Federação do Mali (Figura 3), de curta duração, entre Março 1959 e Agosto 1960, prenunciou os possíveis obstáculos a serem enfrentados por modelos de integração interestatais.

Nos anos 1960, tanto o Mali quanto o Senegal eram governados por personalidades influentes e carismáticas, respectivamente Modibo Keita e Léopold Sedar Senghor, sendo que nenhum dos dois influentes líderes demonstrava na prática, o menor sinal de pretender compartilhar e muito menos largar o timão do poder.

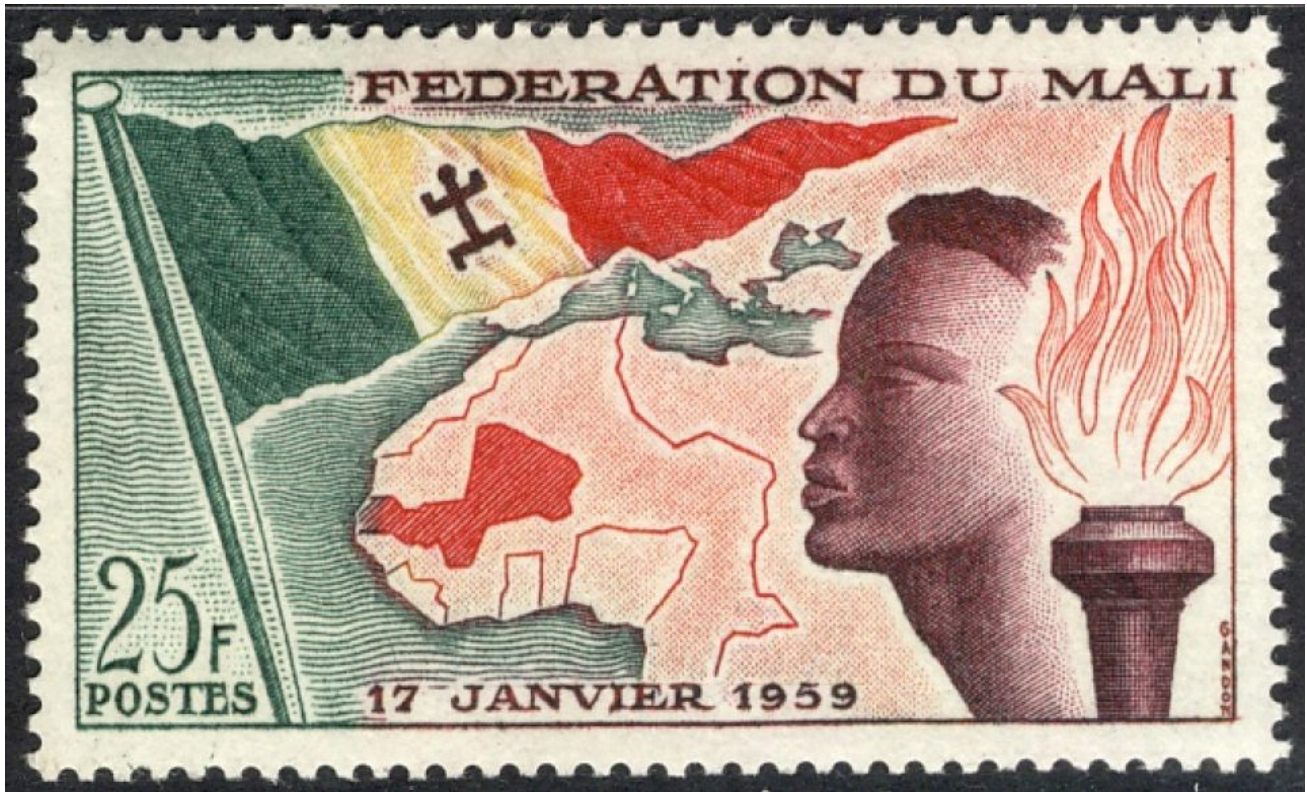


FIGURA 3 - Selo da efêmera Federação do Mali, emitido em 1959

(Fonte: < http://www.firstissues.org/countries/fr_sudan.php >. Acesso: 26-03-2018).

As filosofias políticas que sustentavam os dois governos, classificada a primeira como de fundo radical e segunda, como de perfil gradualista, muito dificilmente poderiam cimentar uma união estável. Pois então, a separação tornou-se inevitável e não foi nada amigável.

O governo senegalês cerrou a fronteira com o Mali, privando-o do acesso ao porto de Dakar. Com isso forçou uma aproximação do Mali com a Costa do Marfim, Gana e Guiné-Conakry, direcionando, portanto a participação desse país da União dos Estados Africanos (de resto, tecnicamente um desdobramento da condição de país desprovido de litoral).

Num repasse histórico, essa primeira experiência prática de fusão africana constituiu prévia prenunciadora das dificuldades que entrecortaram os processos integrativos africanos (*apud* MAYALL, 1975: 2601).

Num prisma mais amplo, muitos dos novos Estados soberanos tinham suas atenções monopolizadas por desfuncionamentos internos. Dentre estes figurariam tarefas inerentes à própria governabilidade, num espectro que incluiria: a consolidação das novas identidades nacionais; o fortalecimento dos partidos que emergiram como

titulares do poder de Estado com as independências; a instabilidade política e a possibilidade diuturna de seguidos *putsch* militares urdidos nas casernas; questões relacionadas com a segurança, críticas nos anos da Guerra Fria; demandas impingidas pela pobreza e desatenção dos antigos poderes coloniais.

En résumé: pensando-se as prioridades, tensões e conflitos onipresentes nos países recém-independentes, o engajamento em uma política pan-africanista para além das fronteiras dos novos Estados ou a simples aplicação de resoluções pan-africanistas nos espaços nacionais oferecia dificuldades inquestionáveis. Igualmente, a integração africana enfrentou barreiras no seio das forças políticas que passaram a deter o comando dos aparelhos de Estado.

Bem mais do que preocupadas em diluir o mando numa moldura política continental, as novas elites estavam antes devotadas a fortalecer e consolidar a governabilidade do grupo dominante no âmbito do espaço de poder específico dos países recém-independentes (NTALAJA, 2012: 111-114; ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 876).

No plano político externo, outro elemento inibidor da integração era o fragor de uma luta independentista que em vários pontos da África, tornava a intensificação das lutas de enfrentamento do colonialismo e apoio aos movimentos de libertação nacional um objetivo prioritário do pan-africanismo.

A isso se somou o componente inercial do Estado enquanto entidade jurídica e institucional. Repetindo uma tendência recorrente nos processos de integração, o Estado africano, tal-qualmente outra formação estatal, resiste em abrir mão de sua alçada de autoridade, interpolando objeções para a fruição da integração. A esse respeito, confira-se a citação:

“Em lugar algum da África demonstrou-se disposição a sacrificar os interesses nacionais no altar da integração regional. Os Estados africanos não se colocavam de acordo para liberalizar as trocas ou repartir as indústrias senão à condição de não se estabelecer um conflito entre os objetivos da integração regional e os imperativos nacionais, quer se tratasse de segurança, de prestígio ou de vantagens econômicas” (ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 881).

Para complicar, enquanto matéria política o cabedal integracionista foi enredado pelos ditames de uma “versão africana” da Guerra Fria polarizando dois blocos rivais - Casablanca e Monróvia - que divergiam num largo espectro de propósitos. A pauta de dissensos incluía as relações firmadas com as grandes potências, passando pelo plano diplomático em geral e pelos modelos econômicos. Nessa mirada, altearam-se

rapidamente diretrizes ideológicas relativas quanto aos rumos da integração africana (DÖPCKE, 1999: 90-91; MAYALL, 1975).

Desse modo, o grupo Casablanca, de orientação *maximalista* e matizado com posturas progressistas num sentido amplo, era formado por um pequeno mosaico de países: Gana, Guiné-Conakry, Mali, Egito, Marrocos e Argélia. Na ocasião, a Argélia, ainda assolada pelo mando colonial francês, era representada pelo GPRA: Governo Provisório da República da Argélia.

Programaticamente, o bloco subscrevia um receituário postulando a efetivação da unidade africana nos moldes de um projeto unitário continental, inspirado nos Estados Unidos da África, repetidamente invocados com abnegação pela retórica incansável de Nkrumah.

Embora minoritário, o programa esposado pelo grupo gozava de ampla repercussão, tanto na opinião pública do continente quanto externamente a ele, alimentada pela imprensa engajada de todo globo, assim como pela URSS e países do Leste Europeu (Figura 4).



FIGURA 4 - Anastas Mikoyan, ministro das Relações Exteriores da União Soviética, chega em Gana em janeiro de 1962 e recebe as boas-vindas do presidente Kwame Nkrumah (Foto: AFP Photos, Paris. In: UNESCO, Volume VIII, página 985).

Tal posicionamento, era cristalino na declaração primeva do Grupo de Monróvia, estabelecendo oficialmente que “A unidade que devemos realizar nesse momento, não é a integração política de Estados africanos soberanos, mas a unidade de aspirações e de ação de ponto de vista da solidariedade e da identidade africana” (Cf. M’BOKOLO, 2012: 633).

Contudo, por detrás destas crispações formais existiam divergências mais profundas sobre o caráter a guiar as relações internacionais dos novos Estados africanos com as ex-metrópoles, agenda que carregava consigo inevitáveis rebatimentos para o plano da política continental.

Tome-se o caso das duas principais questões internacionais do período: a luta pela independência da Argélia e a Crise do Congo. Para a África de Brazzaville-Monróvia, a Argélia envolvia um problema muito delicado, em especial pelo conflito expor as cautelosas posições adotadas no relacionamento com a França. Como parceiros da liberdade da África, os países do bloco apoiavam a pauta política do GPRA.

Mas opunham-se a qualquer intervenção da ONU na crise argelina. Quanto ao Congo, propunham uma mesa redonda com a participação das facções congoleesas rivais. Com tal posição, o grupamento Brazzaville-Monróvia explicitava atitude conciliatória relativamente aos rebeldes seccionistas pró-ocidentais de Katanga, que agiam sob a chefia de Moïse Tshombe, e por tabela, colocava em risco a integridade territorial da RDC (Figura 5).

Pelo que pode ser percebido, as independências trouxeram à baila fortes debates, ensejando posicionamentos acalorados quanto às estratégias visando a estruturação da unidade africana.

Posicionando, pois um *pot-pourri* de motivações, desde o apego às soberanias nacionais, passando pela vocação política, instabilidade interna, forte politização do regionalismo, fraca legitimidade dos Estados e predomínio de relações verticais das classes governantes em relação às horizontais, os choques entre maximalismo e minimalismo condensaram fortes empecilhos para a integração regional em África, tornando condicional o apoio à integração (BADI, 2001: 63-64).

Nesse horizonte, não estariam excluídas inclusive tendências centrífugas que no limite, se indispuseram radicalmente com a integração continental em si mesma. Esse parece ser o caso exemplar do nacionalismo marroquino, cuja emanação mais cristalina, o Partido *Istiqlal*, em nome de uma leitura fortemente autocentrada do

irredentismo, houve por bem entender que o melhor para o Marrocos seria revogar seu envolvimento no *entourage* pan-africanista.



FIGURA 5 - Mapa da República Democrática do Congo, destacando a província rebelde meridional de Katanga, rica em jazidas de cobre, cobalto, estanho, urânio, rádio e outros metais preciosos, razão que fundamentou o apoio das empresas mineradoras ocidentais ao movimento separatista de Moïse Tshombe (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 26-03-2018).

Com efeito, o país retirou-se não só da Organização da Unidade Africana (OUA), em meados dos anos 1980, como repetiu este distanciamento quando do surgimento da União Africana, gesto que tornou o Marrocos o único país do continente a descartar a pauta da integração.

Note-se que enquanto agremiação partidária o *Istiqlal*, fundado em 1934, sempre foi assumidamente nacionalista, conservador e monarquista ¹⁰. Para arrematar, no plano da ideologia política este partido postava no centro do projeto político nacional uma empreitada irredentista, com foco em espaços vizinhos que julgava como parte do patrimônio territorial do Reino do Marrocos.

Neste sendo, pleiteava, além das *Plazas de Soberania* sob dominação da Espanha incrustadas no litoral do Magreb Norte-Occidental ¹¹, amplas parcelas de território da Argélia (cerca da quinta parte deste país), o Norte do Mali, nacos do Senegal e a extensão integral tanto da Mauritânia e quanto do Saara Ocidental, definidos como áreas pertencentes ao “Marrocos histórico” (Figura 6).



FIGURA 6 - Mapa do Grande Marrocos. A linha tracejada indica a delimitação territorial do que o Partido *Istiqlal* considera como sendo o “Marrocos Histórico”, peça modelar que na visão do nacionalismo marroquino, justificaria a anexação de países inteiros, tais como o Saara Ocidental (S.O.) e a Mauritânia (Fonte: Kimon Berlin-own work, baseado em Rachid Lazrak, *Le contentieux territorial entre le Maroc et l'Espagne*, Casablanca, Dar El Kitab, 1974, reproduzido de C. R. Pennell, *Morocco since 1830*. In: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 26-03-2018).

Consistindo aos olhos do *Istiqlal* um legado irrevogavelmente marroquino, atenha-se que este desenho político e geográfico passava ao largo da opinião das populações

que ocupavam tais territórios, assim como desconsiderava as próprias peculiaridades da história espacial do Marrocos tradicional.

Note-se que no Marrocos, o poder do chefe de Estado, como aliás era comum nas formações estatais tradicionais africanas, detinha uma cobertura geograficamente circunscrita. O poder do Sultão abarcava uma fração do reino, e nesta, sua vontade era irretorquível. Entretanto, a lealdade de muitas províncias era duvidosa, não necessariamente acatando as determinações do monarca (MAULL, 1959: 206).

Desse modo, a autoridade do sultanato era real exclusivamente no chamado *Bilad el-Makhsen* (بلاد لمخزن), que compreendia a terça parte do Marrocos, confinando ao Sul com os contrafortes da Cordilheira do Atlas. Nos dois terços restantes vigorava o *Bilad-es-Siba* (بلاد السبية). Quer dizer: terra de ninguém, domínio de insurgentes, rincões não-desbravados, selvagens e/ou insubmissos, áreas problemáticas ocupadas por etnias hostis, por nômades ciosos de sua autonomia, por agricultores de oásis autossuficientes e indômitas autarquias montanhesas.

Nestes espaços, o mando do governante era sumamente nominal, passível de ser legitimado somente mediante sansão das chefias locais. Nesta acepção, muitos dos reclamos territoriais marroquinos ficam fragilizados, calçando questionamentos que tem sido cancelados, por exemplo, pela Corte Internacional de Justiça da ONU (Vide WALDMAN, 2012; FAGE et TORDOFF, 2010: 449-450; DÖPCKE, 1999: 80).

Assim, em face deste rol de controvérsias o projeto do *Istiqlal* de um “Marrocos maior” redundou, como não poderia deixar de ser, em dubiedades, pendências e embates de todos os tipos ¹². Assim, nos anos 1960, a diplomacia marroquina tentou por todos os meios, com base em jurisprudência seguidamente disputada, bloquear o reconhecimento e o ingresso da Mauritânia na ONU.

Entretanto, tão ou mais grave ainda foram os eventos de Outubro de 1963, quando tropas do exército real cruzaram a fronteira com a Argélia, com a intenção declarada de anexar áreas fronteiriças consideradas marroquinas.

Iniciou-se então um conflito militar de três semanas conhecido como “Guerra das Areias”, que findou num claro impasse. Porém, a conflagração deixou um rastro de rancor entre os dois países, vitaminando um permanente e hostil azedume opondo duas das mais importantes nações do Magreb.

Não sem razão, muitos especialistas argumentam que o amargo legado da Guerra das Areias constituiu fator motivador na atitude da Argélia em relação ao conflito do

Saara Ocidental nos anos 1970, carimbado por muitos analistas como um aberrante caso de agressão colonialista contra um povo africano levada a cabo por um país também africano.

Esta contenda iniciou-se em Novembro de 1975, quando na esteira da retirada da administração colonial espanhola do Saara ocidental, o Marrocos encetou a chamada “Marcha Verde”, mobilização com ostensivo apoio das autoridades governamentais, formada por milhares de marroquinos que penetraram no território, afiançando o pleito irredentista do *Istiqlal*.

Essa manobra contribuiu para neutralizar os esforços da Frente Popular de Libertação do Saguia-al-Hamra e do Rio de Oro, também conhecida pelo acrônimo de Frente Polisario, organização independentista apoiada pela população local, em implantar a República Árabe Saarauí Democrática (RASD), proclamada em 1976.

Embora o exército marroquino tenha assumido, com patente apoio ocidental ¹³, o controle da maior parte do país, mantendo em suas mãos cerca de 80% do território e a parte do leão das riquezas locais, certo também é que não existe um controle absoluto do Saara Ocidental pelo Reino do Marrocos.

No restante do país, que permanece livre da ocupação estrangeira, o controle é exercido pela Frente Polisario. Nos dias que correm, entre 20% a 25% do Saara Ocidental permanecem em poder da insurgência local, que mantém capital simbólica na localidade de Bir Lehlou, nas proximidades da fronteira com a Mauritânia.

No transcorrer das hostilidades, o país terminou cortado pelo *Berm* (acostamento ou barreira em língua inglesa), uma malha de muros intercalados com de mais de dois mil quilômetros de extensão, erguida ao longo dos anos de conflito pelo governo do Marrocos para conter a insurgência dos autóctones, o povo *saarauí* (Figura 7).

Tal enredo se torna mais intrincado com a coadjuvância da Argélia. Previsivelmente, a Frente Polisario passou a contar com a audiência a toda prova da diplomacia argelina, que sustentou o fornecimento de armas para a Frente Polisario e abrigou dezenas de milhares de refugiados em seu território.

No plano militar, em 1991, com intermediação da ONU, foi obtido um cessar-fogo entre a guerrilha nativa e o exército marroquino. Mas o impasse político continua. A Argélia mantém assistência logística à Frente Polisario, que conta com santuários para seus milicianos nos confins do Tindouf argelino, bem próximos das áreas em disputa.



FIGURA 7 - O *status quo* do Saara Ocidental hoje. No mapa, a linha mais densa, atravessando o território do país, representa o Berm, com as terras a Oeste controladas pelo Marrocos e a Leste, pelos insurretos da Frente Polisario (Fonte: < <http://ontheworldmap.com/western-sahara/large-detailed-political-map-of-western-sahara.html> >. Acesso: 01-09-2017).

Este cenário substantivou um sério contencioso até hoje sem solução, que na voz dos analistas é entendido como a mais espinhosa questão diplomática no continente. Note-se que o Saara Ocidental é um Estado formalmente reconhecido pela maior parte dos governos africanos.

Nessa condição, a RASD integrou de pronto a OUA e subsequentemente, a UA. No plano diplomático, trata-se de um Estado *de jure*, mas que por conta da ocupação marroquina da maior parte do território, não lhe é facultada existência *de facto* (Cf. WALDMAN, 2013a: 17 e 24-25, 2013b: 6 e 2012; MUNDY, 2006).

Pari passu, no que é demonstrativo do caráter polarizador desta pendência para a chancelaria marroquina, o ingresso da RASD em 1984 na OUA foi origem de uma das raras disrupções ocorridas na história da organização. Nesse ano, no mesmo momento em que ocorria a admissão do ex-Saara Ocidental na OUA, o Marrocos, em protesto com o reconhecimento da RASD, retirou-se da entidade para nunca mais retornar.

A diplomacia marroquina reiterou a decisão quando a União Africana (UA), que tal como a OUA endossa o critério das fronteiras coloniais como fundamento para a divisão política do continente, manteve em 2002 o reconhecimento da RASD como única representante legítima do território e membro pleno da organização.

Tratando-se de um confronto momentaneamente congelado, nada, contudo é impeditivo de um reaquecimento da contenda, condicionada pelos humores que condimentam a ciranda diplomática mundial e regional (MUNENE, 2010; BESENYÖ, 2010 e 2009; WALDMAN *et alli*, 2007: 103, 112, 244-245).

Por outras vias, caberia acentuar que a questão do nacionalismo marroquino e os entreveros com diferentes forças políticas presentes na cartografia política do continente, permitiriam enunciar várias outras antinomias, como as relacionadas ao próprio fato do Reino do Marrocos, país tradicionalmente guiado por uma cartilha conservadora, ter feito participado do bloco Casablanca.

No que inclusive deixa a nu a labilidade das urdiduras diplomáticas, acontece que a plataforma irredentista do Marrocos chegou a arrebanhar apoios em diferentes espaços políticos, obtendo trunfos diplomáticos explorando em seu favor as divisões existentes entre os blocos e filiações ideológicas, habilmente reforçadas pela floreada narrativa nacionalista marroquina a respeito dos territórios irredentos.

Observe-se neste recorte, a manipulação de um discurso anti-imperialista por parte do *Istiqlal*, em particular no tocante às *Plazas de Soberania*. No final das contas, os seculares domínios espanhóis remontam às primeiras possessões do colonialismo em solo africano ¹⁴.

Nessa visão, os enclaves seriam simplesmente o que são: um corpo estranho à África, um prosaico acervo de cabeças de ponte indevidamente usurpado por intrusos estrangeiros que presunçosamente continuam a desafiar as vagas da descolonização do continente.

Urgiria, pois despir esses sítios dos seus constrangedores europeus colonialistas, convertendo-os em símbolo de uma identidade reconquistada, algo que para os partidários do *Istiqlal* certamente poderia ser corrigido com a incorporação imediata desses estabelecimentos ao Reino do Marrocos.

Ao mesmo tempo, em razão da clara quebra de braço com os Estados francófonos, que apoiavam os independentistas mauritânios, sublinhe-se que o grupo Casablanca posicionou-se a favor da reivindicação marroquina pela Mauritânia, reforçada de modo praticamente unânime pela Liga Árabe (dentre os governos árabes, tão só a Tunísia defendeu a independência da Mauritânia).

Quanto à Argélia, o GPRA acordara com o Marrocos que renegociaria o estatuto das plagas saarianas do Tindouf e do Béchar, que outrora estiveram sob controle nominal do sultão marroquino, no momento em que sobreviesse a independência. Portanto, até mesmo o GPRA adotou postura aquiescente quanto aos projetos anexionistas do Marrocos.

Não haveria como negar, a participação do Marrocos no grupo Casablanca envolveu uma barganha extremamente pragmática de favores políticos: “Em troca de tácito apoio ao irredentismo marroquino pelo grupo, este Estado tomou partido dos Estados mais radicais na Crise do Congo” (DÖPCKE, 1999: 90).

Assim, numa visão panorâmica, o continente presencia, no período que se estende entre 1957 (ano da independência de Gana) e 1963 (quando a OUA é fundada), a entrada em cena de elementos fortemente dissonantes da tradição pan-africanista da unidade africana, num sentido mais amplo representada por Kwame Nkrumah.

Nesse contexto, o potencial desagregador desses entrechoques no seio das molduras regionais foi potencializado pela atmosfera agressiva da Guerra Fria, exacerbando todas as possíveis implicações. Foi desse modo que o confronto entre o Marrocos e

Argélia no Magreb transfigurou-se num enfrentamento agenciado pela disputa Leste-Oeste.

Mas, as controvertidas pendências do irredentismo marroquino não são as únicas a pespontar pelo continente. Atente-se que na África oriental (ou chifre africano), o nacionalismo grão somali reivindica como cláusula pétrea do seu programa político, a unificação de todos os Somali sob uma única jurisdição estatal, cujo axioma máximo, é o ideal da *Greatest Somalia*: Grande Somália (Figura 8).

Numa abordagem geográfica, seria cinco regiões a serem soldadas numa “Grande Somália”: Somália ex-Britânica, Somália ex-Italiana (estas duas formando o atual território da República da Somália), o Ogaden (ou Somália Etíope), a parte ocupada pelo clã somali dos Issa na antiga Somália Francesa (atual Djibuti) e a Província Nordeste do Quênia.

Reflexo direto dessa aspiração está consignado no próprio pendão oficial da Somália. Com efeito, a bandeira do país, adotada em 1954, exhibe uma estrela de cinco pontas no centro, *a estrela da unidade*, uma evocação dos cinco espaços de povoamento compacto somaliano na no Corno Africano que na perspectiva do irredentismo Somali, estariam fadadas a constituir um único espaço nacional.

Contudo, as ambições do nacionalismo somali unir o conjunto da etnia no concerto de uma *Greatest Somalia*, conformou um projeto que cedo ou tarde entraria em rota de colisão com a Etiópia, Estado tradicionalmente cioso de manifesto protagonismo hegemônico regional, e com outros países da região.

Nesta visada, o acirramento das tensões regionais não poderia escapar da sina de serem engolfadas pelos antagonismos ideológicos que impregnavam o período da Guerra fria. Não admira, pois então que passo a passo, o embate tenha se revestido dos ingredientes da disputa global entre URSS e os EUA, que angariavam préstimos a cada um dos contendores, que de mais a mais, não redundou em qualquer alteração fronteiriça.

De mais a mais, a nota pitoresca desta questão é que a despeito da incorporação dos Somali num Estado unificado não ter sucedido, é que a própria Somália fragmentou-se, desde o início da Guerra Civil em 1991, surgindo dois novos aparelhos de Estado (Puntland e Somalilândia), que mesmo com escasso ou nulo reconhecimento internacional, objetivamente funcionam como nações independentes, destacados do governo central sediado em Mogadíscio, que detém não mais que uma seção do território original desta república.



FIGURA 8 - Áreas de povoamento Somali na África Oriental: Em cor rosa, estão destacados territórios ocupados predominantemente por somalis, etnia que se estende por várias regiões dos países vizinhos. Todavia, rubrique-se que a despeito do apetite territorial do irredentismo somaliano, mesmo a Somália propriamente dita está hoje fragmentada em diversos Estados e soberanias regionais, desdobramento da Guerra Civil em 1991, que induziu uma fragmentação que persiste sem nenhuma solução final a vista (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/pin/238620480240520123/> >. Acesso: 26-03-2018).

Todavia, ao arrepio de clivagens que acodem aqui e acolá, seria difícil imaginar que após décadas de lutas em prol da unidade pan-africana que tudo pudesse se desvanecer sem deixar rastro.

O mais acertado em termos de um esforço conclusivo parece apontar para um crescente recuo das posições mais radicalizadas, evidente no isolamento de Kwameh Nkrumah e na difusão decrescente da tese de que os Estados africanos surgidos da descolonização devam sacrificar sua soberania política no altar da integração africana.

Após muitos choques entre as duas principais tendências da política continental, o alento pan-africanista, agora refletindo direcionamentos diferentes do movimento original, empreende um projeto continental. Mas assegurando o que parecia impregnado de importância capital: a soberania política dos novos Estados africanos independentes.

Em 1963, graças à mobilização empreendida por Nkrumah, lado a lado de Sékou Touré, Modibo Keita e com o apoio do imperador da Etiópia, Haïlé Sélassié, uma cúpula dos Estados africanos independentes foi organizada em Adis Abeba com o objetivo determinado de colocar ponto final nas desavenças no continente.

Seu resultado foi a Organização da Unidade Africana, um novo marco na trajetória pan-africanista, mais tarde secundada pela União Africana. E seja como for, mesmo sacudida por obstáculos e desavenças, o ideal pan-africanista segue, de qualquer modo, como o horizonte de expectativas de todos os povos africanos.

BIBLIOGRAFIA

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. *Capítulo 24: O Pan-africanismo e a Integração Regional*. Volume VIII: África desde 1935. In: História Geral da África, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

BADI, Mbuyi Kabunda. *La Integración Regional en Africa: Análisis Político, Jurídico Y Económico*. Cuadernos Cuadernos de Ciencias Económicas y Empresariales: CC.EE. y EE., Nº. 40, pp. 53-97. Málaga (Espanha): Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de Málaga. 2001;

_____. *Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África*. Tese de Doutorado. Madri (Espanha): Facultad de Ciencias Politicas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. 1992;

BESENYÖ, János. *Western-Sahara under the Spanish Empire*. Budapest (Hungria): Academic and Applied Research in Military Science (AARMS), Volume 9, Nº. 2, pp. 195-215. 2010;

_____. *Western Sahara*. Pécs (Hungria): Publikon Publishers. 2009;

CEA. *África Única e Plural: “Mélanges” em homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão* (Organização: Kabengele Munanga). Edição especial da Revista África, Volume 20/2. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012;

DÖPCKE, Wolfgang. *O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional*. In: Anais do Colóquio sobre as relações Brasil-África. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Instituto Rio Branco. 2002a;

_____. *Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development*. Revista Brasileira de Política Internacional, pp. 146-155. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). 2002b;

_____. *A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, Volume 42, Nº. 1, pp. 77-109. 1999;

FAGE, John Donnelly et TORDOFF, William. *História da África*. Lisboa (Portugal): Edições 70. 2010;

FERNANDES, Joel Aló. *Integração para o Desenvolvimento da África: a Fusão de Blocos Econômicos*. Coleção Relações Internacionais e Globalização, Nº. 23. Ijuí (RS): Editora Injuí. 2009;

LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: O Século XX, do declínio europeu à era global*. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2008;

MAYALL, James. *África até 1975: Ditadura e Conflito*. In: *História do Século XX*, Volume 6, pp. 2.598-2.604. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1975;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega. 1959;

MAZRUI, Ali Al'amin. Capítulo 1: *Introdução*. In: *História Geral da África*, Volume VIII: *África desde 1935*, pp. 1-29. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010a;

_____. Capítulo 5: *Procurai primeiramente o reino político...*. In: *História Geral da África*, Volume VIII: *África desde 1935*, pp. 125-149. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010b;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (*Até o século XVIII*) e Tomo II (*Do século XIX aos nossos dias*). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2012;

MUNANGA, Kabengele. *A República Democrática do Congo - RDC*. Texto mimeo. São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2007;

_____. *África: Trinta anos de independência*. Revista USP, Nº. 18, pp. 100-111. São Paulo (SP) Universidade de São Paulo. 1993;

MUNDY, Jacob. *Thirty years of conflict - How the US and Morocco seized the Spanish Sahara*. Le Monde Diplomatique. 2006;

MUNENE, Macharia. *History of Western Sahara and Spanish Colonization* (paper). Conference on Multilateralism and International Law. Pretoria (Republic of South Africa): Government of South Africa's Department of Foreign Affairs & University of Pretoria. 2010;

NDOMO, Atieno. *Regional Economic Communities in Africa: A Progress Overview*. German Technical Cooperation (GTZ). Nairobi: Quênia. Maio de 2009. 2009;

NTALAJA, Georges Nzongola. *Desafios para a formação do Estado na África*. In *Desafios contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral*, pp. 107-132. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2012;

RECUERO, Raquel da Cunha. *Comunidades Virtuais: Uma Abordagem Teórica*. Seminário Internacional de Comunicação, V, 2001, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Grupo de Trabalho de Comunicação e Tecnologia das Mídias. 2001;

ROBERT, Anne-Cécille. *Qué queda de las fronteras africanas?* In: *Le Monde Diplomatique*, exemplar de Dezembro de 2012, pp. 14-15. 2012;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

WALDMAN, Maurício. *O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação na Representação Cartográfica Escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo. (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Material masterizado como *ebook* pela Editora Kotev, disponível em Formato PDF *on line* em: < http://www.mw.pro.br/mw/o_mapa_de_africa_em_sala_de_aula.pdf >. Março de 2013. 2013a;

_____. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-base 2010*. Documento divulgado no XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) em Abril de 2013. Material masterizado em Formato PDF pela Editora Kotev, Série Professor Mourão Nº. 8, disponível *on line* em: < http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_08.pdf >. 2013b;

_____. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo (SP) e Brasília (DF): Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP/ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, CNPq. 2013c.

_____. *Ilhéus, Fortins e Nacos de Território: A Persistência Espacial do Colonialismo em África*. Texto de Subsídio elaborado para o XIV Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África, Centro de Estudos Africanos da USP – CEA-USP em Abril de 2012. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP). Material masterizado em 2019 como *ebook* pela Editora Kotev, disponível em Formato PDF *on line* em:

< http://mw.pro.br/mw/ilheus_fortins_e_nacos_de_territorio.pdf >. 2012;

WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2007.

1 **Clivagens do Associativismo Africano** corresponde a excerto do Relatório de Investigação de Pós-Doutorado *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, desenvolvida no biênio 2012-2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição de fomento à pesquisa acadêmica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do Estado de São Paulo. Atente-se que o parecer final de aprovação do Relatório pela FAPESP em 2014, categorizou a investigação como *excelente*, destacando o rigor da redação e organização do texto, assim como indicou o material como merecedor de publicação. Em termos editoriais, **Clivagens do Associativismo Africano** é um subcapítulo do Relatório de Pós-Doutorado, respondendo por título homônimo, correspondendo às páginas 46-53. Atente-se que todos os títulos da Série Professor Mourão, à qual este material está indexado, acatam a ordem de exposição do Relatório de Pós-Doutorado, sequenciados de acordo com a numeração, de 1 a 8. No ano de 2018, sob titularidade da **Editores Kotev** (2018, Kotev©), este excerto foi revisado, masterizado e reconfigurado editorialmente. A edição atual de **Clivagens do Associativismo Africano** incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa e igualmente cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. Enquanto documento, a presente edição, exceto os quatro primeiros parágrafos, inseridos com o fito de situar o excerto no bojo da discussão específica do material, reporta exclusivamente ao teor e considerações presentes no documento original da investigação. **Clivagens do Associativismo Africano** contou com a Assistência de Editoração Eletrônica, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-Page: www.harddesignweb.com.br. Note-se que **Clivagens do Associativismo Africano** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, de divulgação sem consentimento prévio da **Editores Kotev** (Kotev©). A citação deste título, deve obrigatoriamente agregar referências ao autor e ao texto, conforme segue: WALDMAN, Maurício. *Clivagens do Associativismo Africano*. Série Professor Mourão Nº. 3. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Terceira edição, revisada. São Paulo (SP): Editores Kotev. 2020.

2 **MAURÍCIO WALDMAN** é jornalista, professor universitário, editor, consultor e antropólogo africanista, com graduação em Sociologia (USP, 1982), licenciatura em Geografia Econômica (USP, 1983), mestrado em Antropologia (USP, 1997), doutorado em Geografia (USP, 2006), pós-doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), pós-doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, decano do conhecimento africanista brasileiro. Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Também desenvolveu palestras, cursos e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Entre outros veículos de mídia impressa e eletrônica, os textos de Maurício Waldman foram publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista Contemporartes (Curitiba) e Portal Instituto Afro (São Paulo). Waldman é autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, Volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado academicamente relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o mais influente centro de pesquisa mantido pelo governo francês ([Cf. Ficha Catalográfica](#)). Ademais, Maurício Waldman é coautor de *Memória D'África: A temática africana em sala de aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br.

3 Resguate-se que sob a lente das relações mantidas pelos Estados com o espaço, não se julga desprezível nem sequer uma mínima fração de território. É o que torna plausível o registro cartográfico de “Estados Anões” como o Liechtenstein, San Marino, Andorra e Mônaco, cujos espaços, se esforçam por conservar.

4 Sucintamente, por *atores* estaremos nos referindo aos agentes que participam de modo geral nas interações da sociedade, que numa apreensão genérica inclui, além do Estado, as empresas, movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades nacionais e supranacionais, e do mesmo modo, segmentos sociais, grupos e categorias de atividades.

5 O jargão econômico reconhece como *commodities* produtos *in natura*, oriundos da agropecuária ou da extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de qualidade, compreensão esta que em determinados contextos, incluiria insumos como a água em seu *stricto sensu*.

6 *Gemeinschaft* é uma conceituação clássica nas ciências sociais, primeiramente forjada pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936), calçando a noção de *comunidade de destino*. Enquanto tal o conceito adota como nexos matriciais o papel das redes de sociabilidade calçadas na interação solidária e no compartilhamento de modelos identitários referentes aos grupos nas relações mantidas com a materialidade social. Na obra desse pensador a noção de *Gemeinschaft* contrasta com *Gesellschaft* (sociedade), no sentido da primeira representar a Modernidade e a segunda, os modos de vida do mundo tradicional, ainda não tocado pelo realce do artificial sobre o natural, do tempo sobre o espaço, do nacional sobre o que substantiva o âmbito local ou regional. Note-se que na França o também sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), embora invertendo as atribuições de cada termo, recorre ao trabalho de Tönnies para conceituar as noções de solidariedade mecânica e orgânica, conceitualmente bem próximas de *Gemeinschaft* e de *Gesellschaft* (Vide WALDMAN, 2013c; RECUERO, 2001).

7 Dentre os defensores da dimensão da cultura como estratégia de primeira mão para a integração africana merece menção obrigatória o senegalês Léopold Sedar Senghor, para quem o pan-africanismo cultural deveria anteceder o pan-africanismo político (Vide FERNANDES, 2009: 88).

8 Expressão difundida após a vitória que elegeu Nkrumah como Primeiro-Ministro da República de Gana, significando “Líder Vitorioso”, “Salvador”, “Libertador” ou “Redentor”, tradução livre a partir do idioma Twi, falado pelos Akan, que habitam as regiões central e meridional deste país.

9 Atente-se que existem três nações africanas identificadas pelo topônimo Guiné, duas das quais, referendadas pelo nome da capital, a saber: Guiné-Bissau (ex-portuguesa) e Guiné-Conakry (ex-francesa). O terceiro país, seria a Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola.

10 Ao pé da letra, *Istiqlal* (حزب الإستقلال) é o “Partido da Independência”.

11 Este termo é originário do árabe *Al-Magrib* (المغرب), que significa *ocidente*. O Magreb corresponde à vasta porção norte-ocidental da África, fundamentalmente a faixa litorânea dos atuais Marrocos, Argélia e Tunísia, geograficamente separada do continente europeu pelo Estreito de Gibraltar.

12 “[...] essa litania ganhou corpo pela primeira vez através do líder do *Istiqlal* Allal el-Fassi em 7 de Julho de 1956, quando apresentou mapa reivindicando um “Grande Marrocos”, incluindo toda Mauritânia, assim como partes do Senegal, Mali, Argélia e a totalidade das colônias espanholas no Noroeste da África. O partido auxiliou o rei Mohamed V a reforçar posições que se tornaram parte da nova ideologia marroquina” (MUNENE, 2010: 102).

13 A respeito do Saara Ocidental, declarou categoricamente o então Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger: “Os Estados Unidos não permitirão outra Angola postada no flanco ocidental do Atlântico” (MUNENE, 2010: 109).

14 A tomada de Ceuta pelos portugueses em 1415, marco inaugural das chamadas grandes navegações, constituiu também o primeiro ponto do continente tomado

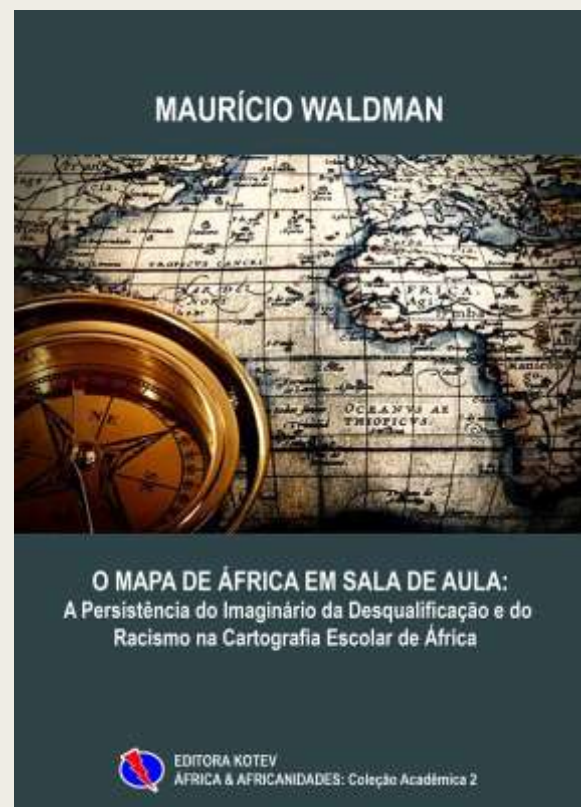
por uma potência europeia. Primeiramente um domínio de Portugal, o eclipse do país como potência marítima levou à perda de cidade aos espanhóis. Em 1640, ao término da União Ibérica, a cidadela permaneceu sob estandarte hispânico, condição oficializada em 1668 pelo Tratado de Lisboa, na qual este enclave permanece até os dias atuais.

CONHEÇA A SÉRIE PROFESSOR MOURÃO



<http://mwtextos.com.br/serie-professor-mourao/>

SAIBA MAIS SOBRE ÁFRICA & AFRICANIDADES:



http://mw.pro.br/mw/africanidade_espaco_e_tradicao.pdf
http://www.mw.pro.br/mw/o_mapa_de_africa_em_sala_de_aula.pdf



Os debates sobre **ÁFRICA & AFRICANIDADES** são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:
<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:
atendimento@kotev.com.br